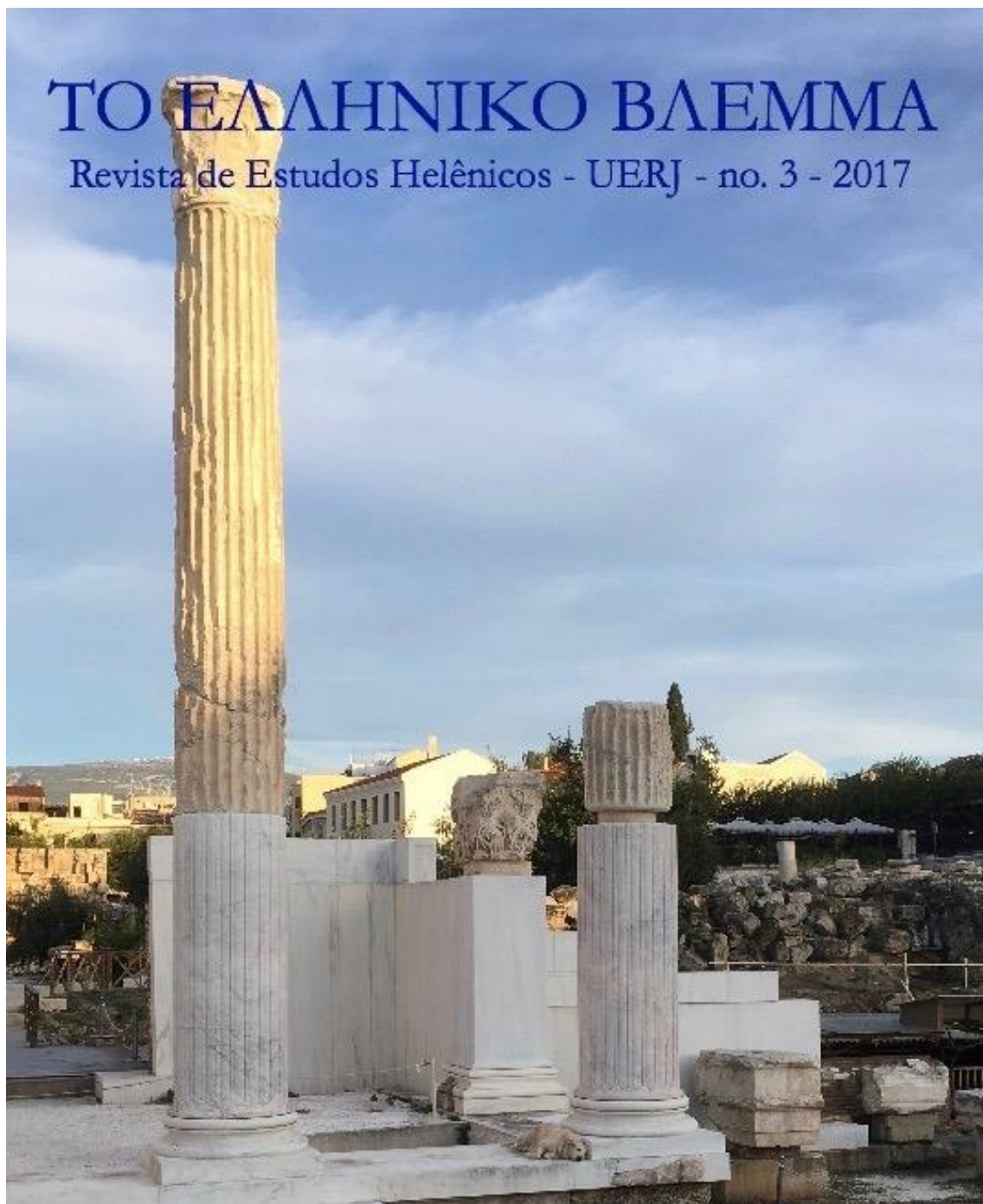


ΤΟ ΕΛΛΗΝΙΚΟ ΒΛΕΜΜΑ

Revista de Estudos Helênicos - UERJ - no. 3 - 2017



Uma imagem do homoerotismo em *Contra Timarco*

Marcelo Coutinho de Oliveira
Doutorando do PPGLC – UFRJ
mcoutinholiveira@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo abordar o tema da moral sexual na sociedade ateniense do século IV a.C. com base na obra de Êsquines *Contra Timarco*, um discurso jurídico que visa a impedir um político em ascensão de testemunhar em um processo contra si no futuro, sob a acusação de, entre outros desvios morais, ter se prostituído no início da vida adulta. Para tal, serão utilizadas as considerações de Michel Foucault, que em *História da Sexualidade: o uso dos prazeres* traçou bases para a investigação do código moral que deveria orientar o comportamento sexual dos gregos, e também os apontamentos de Kenneth Dover, que em *Greek Homosexuality* apresenta como os gregos lidavam com relações homoeróticas e de que forma representavam as mesmas na poesia, no teatro e nas artes. Cumpre informar que todas as datas no texto em questão, a menos que haja indicação contrária, são da era pré-cristã.

Palavras-chave: Moral sexual, Homossexualidade, Atenas.

Abstract

This article aims to address the sexual morality in Athenian society on the fourth century B.C. based on Aeschines' *Against Timarchus*, a court speech whose main goal is to avoid that an upcoming politician may provide his testimony against him on a future lawsuit. The accusation was that Timarchus, among other moral deviations, had prostituted himself early in his adult life. To achieve such goals, Michel Foucault's considerations on the moral code that should guide the Greek society sexual behaviour were consulted and will be used. Kenneth Dover's impressions on Greek Homosexuality and how the Greeks dealt with homosexual relationships and even represented them on their poetry, theatre and arts were also consulted and will be used. Let it be noted that all date references on this article are, unless indicated otherwise, from the pre-Christian era.

Keywords: sexual morality, homosexuality, Athens.

Ésquines *Contra Timarco*

De acordo com as poucas fontes biográficas existentes¹, Ésquines nasceu por volta de 390, o segundo filho de uma família outrora economicamente próspera e herdeiro de uma boa reputação familiar na sociedade ateniense do século IV. Com a derrota na Guerra do Peloponeso, seus pais haviam sido destituídos de todas as suas propriedades e exilados junto com os demais democratas da cidade pela Tirania dos Trinta, mas retornaram após o reestabelecimento da democracia em 403.

Inspirado pelo antigo prestígio familiar, assim como seus dois irmãos, Ésquines buscou destaque em Atenas. Alistou-se no serviço militar no início de sua vida adulta e participou de expedições importantes, como a batalha de Leuctra, a liberação de Fliunte, a batalha da Mantinea e também da Eubeia, na qual recebeu de seus comandantes as maiores distinções de honra, por sua bravura, e foi apontado como um dos dois mensageiros a trazer a notícia da vitória para Atenas, onde foi coroado como o “portador de boas novas”².

Embora não se possa afirmar com absoluta certeza, tais façanhas no âmbito militar talvez tenham contribuído muito positivamente para a empreitada de Ésquines na carreira política, na qual seu primeiro grande envolvimento foi o ingresso no partido antimacedônico, após a queda de Olinto diante de Filipe II, rei da Macedônia, em 348. O ex-militar, agora um político influente e já contando 42 anos de idade, foi escolhido como um dos dez embaixadores enviados a Pela para negociar com representantes do rei termos de paz, acordo idealizado por Filócrates.

Quando os embaixadores retornaram à cidade macedônica a fim de firmar o acordo e de receber seu juramento, tiveram notícia de que ele estava longe, assediando outras cidades, a exemplo do que já havia feito com Olinto. Porém, nada puderam fazer, uma vez que a paz não estava assinada, e todos os territórios conquistados por Filipe enquanto os embaixadores esperavam pela assinatura do tratado se mantiveram em seu poder. Antes de firmar o acordo, o monarca estipulou que algumas cidades aliadas dos atenienses ficassem excluídas do tratado. Com isso, seu intuito era marchar contra elas, tal como fez quando, atendendo ao apelo de Tebas em 347 a.C., dirigiu suas tropas contra a Fócida, fazendo com que todas as cidades da região fossem destruídas. Assim, Filipe conseguiu a vaga da Fócida no Conselho Anfictiônico, que mantinha o controle de Delfos.

O atraso proposital na concretização da Paz de Filócrates foi um duro golpe para a coletividade grega, mas sentido de maneira ainda mais pungente em Atenas, que havia despachado duas vezes seus embaixadores na tentativa de assegurar as melhores condições para os helenos. Por esta razão, é bastante compreensível que o acordo tenha se transformado em um assunto espinhoso para os atenienses, que passaram a pedir punições cabíveis aos idealizadores do mesmo. A justificativa para tal pedido era a suspeita de que alguns dos enviados a Pela haviam recebido propina para trair a cidade.

Um dos suspeitos foi Ésquines, que, no intervalo entre as duas missões oficiais, manteve contato com os macedônicos mesmo nos momentos em que os atenienses se recusaram a enviar seus homens para dialogar. O orador e estadista Demóstenes, um dos políticos mais fervorosos de Atenas e um dos embaixadores mais ativos nas negociações da Paz de Filócrates, enxergou nesta

¹ Historiadores da Antiguidade Clássica apontam que os dados da biografia de Ésquines vêm de seus próprios discursos e de algumas referências que Demóstenes lhe faz.

² Cf. ÉSKUINES. *Sobre a Embaixada*, 167.

situação uma grande oportunidade para retirar o foco de si próprio. Para tal, decidiu mover uma ação contra Ésquines sob a acusação de traição na segunda embaixada. Demóstenes teve sua acusação endossada por Timarco, um político em ascensão no partido antimacedônico que lhe havia prestado assistência anteriormente.

O embaixador Ésquines, que havia sido apontado para este cargo por integrar o partido antimacedônico, encontrava-se em grave perigo por ser considerado um amigo de Filipe II e, portanto, traidor de sua cidade. Então, com o intuito de retardar seu processo até que os ânimos populares fossem acalmados, decidiu atacar Timarco, o coautor da ação movida por Demóstenes. Seu objetivo era fazer com que o político fosse impedido de subir à tribuna para questioná-lo, o que também prejudicaria a reputação de seu desafeto célebre. Ésquines valeu-se de uma lei em vigor desde o século VI que impedia de falar em ocasiões oficiais os cidadãos atenienses que já tivessem frivolamente dilapidado o próprio patrimônio ou que já tivessem se prostituído, sabendo que, se fosse hábil e persuasivo o suficiente durante seu discurso, Timarco seria condenado por quaisquer dos motivos apresentados ao júri, uma vez que toda a cidade conhecia seu passado extravagante e jeito libertino.

O contexto de surgimento da obra demonstra que seu contra-ataque foi idealizado por motivações inteiramente políticas, e o alvo e matéria escolhidos para atingir seu objetivo são de ordem moral, que é considerada como imprescindível para o exercício da vida pública. Em *Contra Timarco*, processo ocorrido em 345, Ésquines pretende pôr à prova a conduta de seu oponente. A ação se dá por meio da *dokimasia rhetoron*, um procedimento jurídico que visa ao escrutínio da vida privada dos candidatos ao serviço público antes de admiti-los nos cargos. No caso do réu deste processo, embora possa ser desqualificado do serviço público e destituído de seus direitos civis por diversas infrações³, importa para o presente texto o seu modo de conduzir-se sexualmente, pois este é o desvio moral mais apontado e recriminado ao longo do discurso.

A imoralidade sexual em *Contra Timarco*

Para interpretar a conduta de Timarco como imoral, da maneira que sugere o texto esquiniano, primeiramente é necessário estabelecer uma definição do que se conhece por moral. De acordo com Foucault (1984, p. 26), em *História da Sexualidade: O uso dos prazeres*, a moral, que pode ser entendida de duas formas, é, em uma primeira acepção, “o conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, que podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc”. Neste caso, a moral é interpretada de maneira ampla e abarca o conjunto de elementos que norteiam o bom andamento da vida em sociedade.

A segunda acepção diz respeito ao indivíduo e ao modo como ele decide lidar com o código moral que lhe é apresentado. Em outras palavras, a moral também é uma noção particular, já que cada indivíduo ou grupo tem relativa autonomia para rejeitar ou sujeitar-se às prescrições de um código culturalmente introjetado, o que também equivale a afirmar que não há maneira única de conduzir-se moralmente. De qualquer modo que se escolha conduzir-se, porém, é preciso algum conhecimento deste código. Uma vez consciente do que o mesmo prescreve, o esforço do indivíduo passa por estágios de

³ Na lei citada, estão previstas as infrações: negligência no cuidado dos pais, evasão do serviço militar, deserção em batalha, dilapidação da herança e prostituição homossexual masculina. A punição era a *atimia*, isto é, a destituição dos direitos civis.

autoconhecimento, controle, provação, aperfeiçoamento e, se necessário, transformação.

Em *Contra Timarco*, verifica-se que para ser um homem moralmente nobre, deve-se observar os elementos que compõem a *dokimasia*, pois tal procedimento jurídico comporta uma parcela do código moral existente no século IV em Atenas. Ainda no proêmio, quando é anunciado o método a ser utilizado ao longo do discurso, o acusador argumenta que a vida privada do réu é vergonhosa e, por esta razão, as leis devem proibi-lo de ocupar um posto público. Esta é a primeira referência à fama que Timarco carrega de ter sido um prostituto compulsivo em sua adolescência e parte da vida adulta. Sobre a conduta sexual do acusado, é digno de nota que o problema não é ter se prostituído, mas tê-lo feito e ainda assim manter todos seus direitos civis, o que lhe possibilitaria o cargo público.

A estratégia esquiniana para conseguir a vitória sobre seu oponente é brilhantemente projetada para, de um só golpe, influir no ânimo do júri – como um discurso voltado ao tribunal deve buscar – e garantir que não falem argumentos que prejudiquem Timarco. Com base na lei, Êsquines cita dois dos maiores legisladores atenienses para sinalizar aos concidadãos que está em suas mãos garantir que a moral não seja corrompida.

Considerai, atenienses, quanta atenção o antigo legislador, Solon, deu à moralidade, assim como Dracon e os outros legisladores daquele tempo. Primeiramente, vós sabeis, eles inscreveram leis para proteger a moral de nossas crianças e expressamente prescreveram que hábitos seriam permitidos ao nascido livre e como ele deveria ser criado. Depois, legislaram sobre os adolescentes e em seguida sobre outras faixas etárias, incluindo em suas prescrições não só os cidadãos privados, mas também os homens públicos. E quando finalizaram a inscrição destas leis, eles lhes deram e lhes fizeram guardiões delas. (*Contra Timarco*, 6-7)⁴

Após discorrer longa e ordenadamente sobre os pontos mencionados no excerto anterior, Êsquines dedica sua atenção à legislação voltada para o cidadão ateniense, um adulto que conhece os preceitos morais da sociedade na qual está inserido e que deve zelar por tais prescrições. Nesta lei, merece destaque o vocabulário empregado para fazer referência aos atos moralmente reprováveis no que tange à conduta sexual, pois a frase “o homem que se vendeu ou prostituiu o próprio corpo⁵” é suficiente para alvejar Timarco antes mesmo que tal ação seja ligada diretamente a seu nome.

Dover (1978, p. 20) acrescenta que a escolha vocabular esquiniana representa categorias distintas de “venda do próprio corpo”. No idioma original, os vocábulos utilizados são *peporneuménos* e *hētairēkōs*. O primeiro é uma forma participial do verbo *porneúesthai*, comportar-se como uma *pornē* ou um *pornós*. O teórico esclarece que o termo *pornē* é cognato de *peránai*, que significa vender, e era utilizado para designar a mulher que aceita dinheiro como compensação pelo uso sexual de seu corpo. Dover afirma que a forma masculina *pornós* é atestada em diversas obras para designar rapazes e homens que se submetem a práticas homossexuais em troca de compensações financeiras. O segundo, *hētairēkōs*, é forma participial do verbo *hetaírein*, um cognato de *hetairos*, palavra grega para “companheiro”. Acontece, porém, de a forma

⁴ As traduções ao longo do artigo são de minha autoria.

⁵ Cf. ÊSQUINES. *Contra Timarco*, 29-32.

feminina (*hetaira*) designar frequentemente uma mulher que era sustentada por um homem com quem mantinha relações sexuais, mas sem a promessa ou intenção de que tal “contrato” fosse resultar na concretização de uma família. O fato de este tipo de relação estabelecer maior zelo com a figura feminina faz com que *hetaira* denote concubina. Em oposição à prostituta, a *hetaira* é uma posição de maior destaque na sociedade ateniense. Por manter uma espécie de decoro em suas interações, não é mal vista. Além de servir para marcar dois papéis bastante diferentes na sociedade grega do século IV, a distinção entre os termos acima é importante para justificar a acusação contra o réu. É ainda sob um pretexto jurídico que Êsquines permite entrever a imoralidade de Timarco.

Pois bem, se Timarco tivesse permanecido com Misgolas e não tivesse ido com mais ninguém, sua conduta seria menos imprópria – se há algo de apropriado no tipo de comportamento que estamos debatendo – e, de minha parte, não hesitaria em processá-lo somente com a acusação que o legislador chama duramente de concubinato (*hētairkēnai*), porque qualquer um que age daquela maneira em relação a um homem, recebendo pagamento por sua atividade, é passível, em minha opinião, somente desta acusação. Contudo, se eu omitir aquelas rudes criaturas, Cedonides, Autoclides e Tersandro, vos lembrando somente das casas que o acolheram, e nas quais ele recebeu dinheiro pelo uso de seu corpo não só sendo mantido por Misgolas, mas na casa de outro, depois outro e ele ainda foi a um novo, não há muita dúvida que ele não é meramente um “concubino” (*hētairēkos*), mas – por Dioniso! E eu não sei como consigo falar disso o dia inteiro – na verdade um prostituto (*peporneumenos*). Qualquer um que aja desta forma indiscriminadamente em relação a muitos homens, por dinheiro, é passível de tal acusação, em minha opinião. (*Contra Timarco*, 51-2)

Embora já tivesse sido exposta a conduta de Timarco em trechos anteriores a este, Êsquines deixa bastante claro no excerto acima que as práticas do réu não podem ser interpretadas de outra forma que não a prostituição. Ainda que não afirme categoricamente os atos praticados nas diversas casas que cita, espera que o júri compreenda sua intenção quando relaciona “recebimento de dinheiro pelo uso de seu corpo em diversas casas”. É digno de nota também que causa mais dano para a reputação do acusado a omissão dos atos praticados com “aquelas rudes criaturas” nominalmente citadas do que a revelação dos mesmos. A técnica discursiva projeta Êsquines a um nível de moralidade superior ao de Timarco. O fato de o orador eximir-se de comentar detalhadamente as práticas do acusado, sobretudo por se tratar de criaturas de convívio indesejável, enaltece sua virtude e boa formação moral. Tal artifício é repetido em outros trechos da obra, sempre em momentos que pretende fazer o júri acreditar que são demasiadamente imorais ou quando o parceiro sexual da ocasião referida é uma figura irrelevante na sociedade.

Como se percebe, o que chama a atenção na conduta de Timarco é a sua incapacidade de moderação nos apetites sexuais. A prática sexual é enquadrada por Foucault (1984) nos *aphrodisia*, o vocábulo grego que identifica os “atos de Afrodite”. O filósofo francês afirma que não há, no pensamento grego, delimitação do que era entendido por um *aphrodision*, pois a fixação de sua natureza, a extensão de seu campo ou sequer a catalogação de seus elementos não foram preocupações da época. Foucault (Foucault, 1984, p. 39) define

vagamente os *aphrodisia* como “atos, gestos e contatos que proporcionam uma certa forma de prazer”. É em uma afirmação aristotélica sobre os *aphrodisia* passíveis de *akolasia* (intemperança) que se encontram mais dados do que estes de fato são. Para Aristóteles, somente entre os prazeres do corpo existe a *akolasia*. Ainda assim, excluem-se os prazeres ligados à audição, ao olfato e à visão, porque, no entender de Aristóteles *apud* Foucault (1984, p. 39) “só existe prazer suscetível de *akolasia* lá onde existe o toque e o contato: com a boca, a língua e a garganta (para os prazeres da alimentação e da bebida), com outras partes do corpo (para o prazer do sexo)”.

A temperança, por sua vez, relaciona-se diretamente com o desejo que os prazeres do corpo suscitam e o controle que se deve ter deles, porque as considerações feitas acerca a moral de um cidadão incidem sobre a sua conduta pública. A temperança no uso dos prazeres depende de uma estratégia que se apoia em três fatores, de acordo com Foucault: a necessidade que se tem de satisfazer um desejo, o reconhecimento do momento oportuno para tal satisfação e também o status que têm diante da sociedade os participantes da relação. O fator da necessidade parece demasiadamente simples de ser entendido e aplicado: quando há necessidade de aplacar o desejo do corpo, deve-se buscar os meios de fazê-lo. Porém, tal estratégia encontra empecilhos em sua realização, pois a prática sexual a qualquer horário do dia não era bem aceita entre os atenienses. Sob o pretexto de ocultar-se dos olhares e não ser pego neste gênero de relações, a prescrição era que os gregos se entregassem aos *aphrodisia* somente à noite.

A preferência por esta fase do dia diz respeito à estratégia do momento oportuno, que comporta diferentes escalas, a saber: o período da vida, os meses segundo as estações do ano e o horário do dia recomendáveis para o uso dos prazeres. A medicina grega prescrevia não iniciar a prática sexual muito jovem, quando ainda não era possível gerar descendência, mas também não prolongá-la até uma idade muito avançada. Quanto à prática sexual no decorrer do ano, Foucault descreve extensamente as prescrições médicas segundo cada uma das estações do ano e suas subdivisões, o regime dietético esperado em cada período e também relacionado à idade do praticante do sexo. De toda forma, independentemente do período mais indicado segundo cada estação, o horário do dia recomendado para o ato sexual é o da noite. Justifica-se tal escolha com base nos regimes dietéticos, por questões de decência e motivos religiosos. Foucault (1984: 55) encontra as razões em Plutarco, que registra ser “mais favorável para o corpo o momento em que é possível ocultar imagens pouco convenientes, e que permite intercalar o tempo de uma noite antes das práticas religiosas da manhã seguinte”.

A terceira estratégia, a do status, refere-se à posição social de quem faz uso dos *aphrodisia*, pois ela ajuda a entender quais relações são moralmente aceitas entre os gregos. O valor de cada indivíduo na sociedade é reconhecido de acordo com alguns critérios, tais como: a nacionalidade, linhagem, condição financeira, função na cidade, notoriedade, maneira de se conduzir publicamente, etc. Estes critérios são relevantes porque não se trata igualmente indivíduos de diferentes biografias. Dover (1978) afirma que um estrangeiro em Atenas, por exemplo, não tem o mesmo valor que um cidadão. O mesmo pode ser dito sobre a figura de um escravo. Dos cidadãos, espera-se maior refinamento e uma postura condizente com o status que lhe foi conferido. Um cidadão que deseja ser respeitado sabe a conduta que deve apresentar publicamente, conhece as prescrições e interdições do código moral, entende suas responsabilidades diante dos demais atenienses. Por estas razões, um desvio moral lhe fere mais a reputação do que feriria a alguém de posição social

inferior, tal qual um estrangeiro ou escravo. Deste modo, é bastante reprovável para um homem do status de Timarco ter sido flagrado na situação que se lê a seguir:

Entre as muitas coisas ridículas que Timarco fez naquele tempo há uma que desejo vos relatar. A ocasião era uma procissão na cidade Dionisia. Misgolas, que tinha tomado sua posse, e Fedro, o filho de Callias, da demo Sfeto, iam participar da procissão juntos. Este Timarco aqui havia concordado de juntar-se a eles na procissão, mas eles estavam ocupados na preparação das coisas para a procissão, e Timarco não apareceu para encontrá-los. Misgolas, irritado com isso, iniciou uma busca por ele junto com Fedro. Eles tiveram notícia de Timarco e o encontraram em um alojamento fazendo uma refeição com estrangeiros. Misgolas e Fedro os ameaçaram e os ordenaram de segui-los diretamente à prisão por terem corrompido um jovem livre. Os estrangeiros, de tanto medo, deixaram tudo para trás e correram o máximo que puderam. (*Contra Timarco*, 43)

Para Dover, a diferença entre o status de um cidadão e o de um estrangeiro fica bastante clara no excerto acima. Em sua opinião, Misgolas e Fedro estavam blefando quando ameaçaram levar os estrangeiros para a prisão por estes terem corrompido um jovem livre, porque, mesmo que fossem flagrados durante a relação sexual com um cidadão ateniense, desde que este tivesse declarado estarem em tal situação porque ele gostava, não haveria infração a ser punida. Mas tamanha era a distância de status de cada parte envolvida na ocasião que os estrangeiros preferiram fugir a enfrentar a acusação de dois cidadãos.

Além do flagra do réu em companhia dos estrangeiros, Êsquines é ainda mais pungente na alegação de desmesura, lembrando ao júri também a ocasião em que Timarco passou à mão de Pitalaco, depois de ter saído primeiro do convívio de Misgolas e em seguida da mão de Anticles. A situação é bastante reveladora de sua devassidão pelo fato de Pitalaco, um escravo público, ter causado alvoroço em praça pública ao perceber-se roubado da posse de Timarco por um tal Hegesandro. Este, um cidadão bastante rico e conhecido por seus feitos como tesoureiro sob o comando de um general ateniense, após falhar na tentativa de persuadir Pitalaco a passar-lhe a posse de Timarco, negociou com o próprio *pornos* os seus serviços e levou-o da casa de Pitalaco, que ficou furioso e tentou reaver seu objeto de prazer. Tendo sido humilhado pelos dois homens e seus comparsas, que, embriagados, lhe quebraram utensílios de casa, mataram seus animais e lhe deram uma surra, Pitalaco pôs-se nu em praça pública, saindo de lá unicamente após a súplica de Timarco e Hegesandro, que temiam ver seus vícios expostos a todos da cidade.

As situações mencionadas acima dão conta de atestar sua falta de comedimento, uma vez que Êsquines expõe parte da lista de homens com os quais o réu buscou os prazeres do sexo, evidenciando que ele não agia de acordo com a necessidade de satisfazer o desejo, não respeitava o horário considerado oportuno para a prática sexual e também não se importava com o próprio status na cidade, a menos que a extravagância de seus atos pudesse lhe causar vergonha pública.

Diante das tantas menções ao prazer homoerótico, parece relevante ressaltar que o ateniense, em uma primeira análise, não é considerado imoral

por esta razão, pois a prática homoerótica não era rejeitada na sociedade em questão. De fato, Dover argumenta que relações homoeróticas eram aceitáveis para os atenienses do século IV de maneira natural, pelo fato de serem assim encaradas também por seus parentes homens de idade mais avançada. Há, porém, entre os elementos que regiam a conduta sexual moralmente aceita pelos atenienses, a questão dos papéis sexuais exercidos nestas relações de prazer. Foucault relata que as funções de sujeito-ativo e parceiro-objeto eram bastante claras para os gregos.

O papel masculino por excelência, porque ao homem adulto e livre cabia a função da penetração, era o ativo. Já o outro papel, porque deveria aceitar a penetração, os gregos acreditavam que cabia em primeiro lugar às mulheres, pois anatômica e fisiologicamente o papel passivo fazia parte de sua natureza. Na relação entre sujeito e objeto na conjunção sexual, aos gregos parecia que somente o sujeito-ativo podia sentir real prazer, enquanto ao objeto-passivo era relegada a função secundária de unicamente proporcionar prazer para o homem. A passividade no sexo grego não era exclusividade das mulheres. Além do presente objeto de estudo, há trechos do *Banquete* e dos *Memoráveis*, de Platão e Xenofonte respectivamente, que atestam a presença também de rapazes e escravos como objetos de prazer possíveis.

É digno de nota que havia um limite no período em que a passividade masculina era aceita nas relações, pois, quando um rapaz se tornava adulto⁶ e passava a ter todos os direitos e deveres de cidadania, era tachado de imoral se mantivesse uma performance sexual que não condizia com seu *status* de homem e cidadão. A este respeito, Foucault (1984, p. 45) afirma que o papel exercido na relação sexual é a segunda variável que, “juntamente com a da “quantidade de atividade”, alimenta a apreciação moral. O excesso e a passividade são, para um homem, as duas formas principais de imoralidade na prática dos *aphrodisia*”.

No entender do filósofo francês, o excesso e a passividade são elementos complementares um do outro sob a ótica do caráter que tem a temperança. O argumento se ancora na noção de que a temperança é essencialmente viril, no sentido de que um homem moralmente bem constituído tem bom domínio de si, sabe conduzir-se de maneira honrosa e dá demonstrações disto. Em uma sociedade cujo código moral é uma herança de séculos anteriores e foi moldado por homens que pensavam na boa formação de uma nova geração de homens, há pouco espaço para se pensar na figura da mulher como alguém dotada verdadeiramente de postura ativa. À figura feminina que pretendia gozar de respeito e relativo prestígio social cabia o segundo plano, a proteção da casa paterna e a educação no gineceu. Diferentemente do jovem ateniense, que é educado para alcançar a notoriedade em algum momento de sua vida, as etapas da vida feminina visam a prepará-la para ser entregue em casamento ao marido. Nota-se, portanto, que a ausência de controle dos rumos da própria vida demonstra a passividade de uma figura que não só é vista, mas também é tratada como uma posse na sociedade comandada por homens.

Com base nos papéis sociais esperados de cada gênero, Foucault explica porque a intemperança implica uma espécie de passividade. A exemplo da figura feminina, a *akolasia* é um estado de incapacidade de resistir a qualquer força que se imponha, evidenciando sua fraqueza e submissão diante de tudo, inclusive a força dos *aphrodisia*. Por não ter controle de si, um homem intemperante pode considerar-se, mas, sobretudo ser considerado por outros,

⁶ Foucault encontra no *Protagoras*, de Platão, o limiar entre a relação legítima e a transgressão da moral, que era a primeira barba de um jovem.

um homem efeminado. Conforme já mencionado anteriormente, porque as relações homoeróticas eram aceitas na sociedade ateniense, a busca pela saciedade do desejo sexual com outro homem não é o objeto de apreciação moral que mais importava para os gregos. No entender de Foucault, portanto:

(...) é a oposição entre atividade e passividade que é essencial e marca tanto o domínio dos comportamentos sexuais como o das atitudes morais; vê-se, então, por que um homem pode preferir os amores masculinos sem que ninguém sonhe em suspeitá-lo de feminidade, desde que ele seja ativo na relação sexual e ativo no domínio de si; em troca, um homem que não é suficientemente dono de seus prazeres – pouco importa a escolha de objeto que faça – é considerado como "feminino". (...) O que constitui para os gregos, a negatividade ética por excelência, não é, evidentemente, amar os dois sexos; também não o é preferir seu próprio sexo ao outro; é ser passivo em relação aos prazeres.

Estas ideias são ampliadas por Foucault no capítulo em que o autor trata com maior ênfase das relações de prazer que os homens gregos buscavam com os rapazes. Entre os gregos, o amor pelos dois sexos tinha relação com o desejo que a natureza implantou no coração para amarem a beleza, independentemente de quem seja, afirmou também Dover. Não se trata, para Foucault, de uma bissexualidade em termos modernos, mas de uma noção diversa na experimentação dos prazeres sexuais, que não reconhecia impulsos diferentes ou concorrentes no desejo. Esta concepção das relações na sociedade grega garantia a possibilidade de predileção pelo prazer homoerótico sem que houvesse estigma social para o homem, desde que sujeito-ativo na prática e na temperança. Salvo algumas exceções⁷, o desejo masculino por rapazes era permitido por lei, admitido normalmente na sociedade e até encontrava suporte em parte dos aparelhos prescritivos, como por exemplo instituições militares e pedagógicas. Algumas condutas, porém, sempre foram rechaçadas no meio social por serem consideradas imorais. Entre elas, Foucault cita o desprezo que se conferia aos jovens que cediam muito facilmente à corte dos pretendentes ou aos que demonstravam demasiado interesse, a rejeição aos homens que se conduziam com devassidão e os homens efeminados, que, conforme já exposto, eram aqueles que não eram ativos em sua prática sexual e nem tinham domínio sobre seus desejos.

De todo modo, ainda que o prazer homoerótico não fosse encarado como um problema moral em si, quando um homem era conhecido por sua submissão nas relações sexuais, era alvo de chacota. Em *Contra Timarco*, Ésquines também explora a aproximação da passividade à figura feminina ao lembrar um episódio acontecido na assembleia, quando um político respeitável acusa um homem e uma mulher de terem roubado a quantia de mil dracmas dos cofres públicos, como se lê no excerto:

“Cidadãos, um homem e uma mulher estão conspirando para vos roubar mil dracmas.” E vós, estupefatos, gritaram: “Como ‘um homem e uma mulher’? Do que estás falando?” Ele continuou: “Não entendeis o que eu quero dizer? O homem é nosso amigo Hegesandro ali, um homem agora, quero dizer, porque ele costumava também ser uma

⁷ Solon prescreveu algumas leis que proibiam a relação homoerótica com jovens demasiadamente jovens. Ésquines as cita no início do *Contra Timarco*.

mulher, a mulher de Laodamante. Já a mulher, agora a mulher é o Timarco aqui.” (*Contra Timarco*, 111)

Os comportamentos descritos por Foucault fugiam completamente ao complexo jogo de conquista que permeava e orientava a prática homoerótica na sociedade ateniense. O jogo de conquista sobre o qual houve maior interesse de se documentar e debater tem como componentes homens de idades distintas, em que um é ainda bastante jovem, não tem sua formação educacional concluída e, por esta razão, não atingiu seu status definitivo, o que é justamente um dos precedentes abertos para uma relação homoerótica em potencial. O fato de o jovem necessitar de conselhos e algum tipo de apoio para concluir sua formação é que possibilita a corte de um homem mais velho. Este, de quem se espera um papel social, moral e sexualmente ativo, lhe oferecerá o que for necessário em troca de compensações sexuais nas quais o jovem será o objeto de prazer. A corte que se entrevê na relação entre estes foi campo de estudo para Dover, que fixou os comportamentos de ambas as partes deste jogo social com o intuito de determinar que condutas eram moralmente válidas aos olhos da sociedade.

Os papéis desempenhados na intenção de se conseguir uma relação sexual homoerótica eram os de *erastês* e *eromenos*, dois vocábulos do campo semântico do *eros*, palavra grega que denota o amor ou o desejo erótico. O *erastês* é o papel ativo neste jogo, é aquele que deve fazer a corte e perseguir o objeto de seu desejo, demonstrando, com o cuidado de não se tornar um homem intemperante, bastante interesse. Ele deve também presentear o jovem e orientá-lo para a vida em sociedade da melhor maneira que puder, para que possa esperar recompensa justa e condigna de seus cuidados para com o mesmo. O *eromenos*, por sua vez, mesmo exercendo o papel passivo de desejado, deve evitar entregar-se rápida e facilmente ao seu pretendente, sob pena de parecer devasso e efeminado. Para tanto, é conveniente não aceitar muitos presentes e honrarias, muito menos conceder favores unicamente pelo interesse nos presentes e conselhos. Contudo, até o momento em que se considera oportuno entregar-se sexualmente ao pretendente, o *eromenos* precisa conduzir-se de uma forma que não pareça ignorar os esforços do *erastês* para cultivar sua amizade.

A amizade a que Foucault se refere é expressa em grego pelo vocábulo *philia*. Esta traduz um vínculo duradouro e socialmente precioso entre dois indivíduos, ou pelo menos mais duradouro do que a relação que se estabelecia quando um *erastês* estava interessado unicamente em ter prazer com o jovem *eromenos*. Ela é bastante importante para que se estabeleçam relações homoeróticas porque lhes confere maior reserva para a manutenção do laço lentamente construído. A *philia* é ainda mais relevante para o objeto-passivo, pois, como se sabe, por igualar-se ao papel feminino, não era bem visto aquele que se submetia sexualmente ao parceiro. Por esta mesma razão, Foucault argumenta que o jovem deveria ceder somente por complacência e em agradecimento ao amante, nunca demonstrando ter prazer de ser passivo sexualmente, já que o prazer nesta relação era exclusivo do *erastês*.

Em *Contra Timarco*, exceto pelo papel passivo que Ésquines expõe como sendo típica do réu, a conduta deste é completamente diversa da que era esperada por um *eromenos*. Entre os excertos já expostos no presente trabalho, pode-se observar a maneira de Timarco conduzir-se moral e sexualmente pela cidade. Durante todo o processo, o orador faz uso de uma audaciosa estratégia para conseguir a convicção de má conduta do acusado. Ésquines reúne uma grande quantidade de testemunhos, histórias e até rumores sobre o passado de Timarco e os mescla aos argumentos jurídicos e às leis que cita durante seu

discurso. Seu intuito é criar uma cronologia de Timarco repleta de alegações e acusações que não lhe possibilite escapar ileso do tribunal. Êsquines menciona nominalmente diversos homens com quem o acusado se deitou durante um período de sua vida. No tempo em que suas atitudes estavam no limiar da questionabilidade moral, pois já estava deixando a adolescência, Timarco portou-se de maneira escandalosa, como na casa do médico, em que ele chegou dizendo estar interessado em aprender o ofício, mas passou a frequentar Eutidico com a intenção deliberada de oferecer seus serviços sexuais ao próprio médico e aos seus clientes. Depois vieram Misgolas, o episódio turbulento no alojamento com os estrangeiros, Anticles, Pitalaco, Hegesandro e muitos outros que Êsquines, usando da estratégia de causar dano à reputação de Timarco sem efetivamente acusá-lo do malfeito, prefere não citar para não escandalizar demais o júri.

De todo modo, com base no código moral vigente em Atenas, somente a menção à numerosa quantidade de parceiros sexuais já seria suficiente para garantir a vitória da ação esquiniana. A longa lista dá provas de que o réu não tinha domínio sobre si, a função que exercia nas relações era sempre a de objeto-passivo do prazer alheio, além de ter sido uma espécie de prostituto durante parte de sua vida adulta, embora nunca tenha havido este registro como atividade profissional.

Sobre a composição da peça retórica, Êsquines o faz de forma bastante interessante e oportuna, porque não abre lacunas para réplica, dúvidas e ataques a si próprio. O proêmio e suas primeiras considerações, aparentemente sem conexão com a matéria do processo, são argumentos importantes para dar a real dimensão da conduta de Timarco. Há, por exemplo, a menção a uma lei que protege os meninos e os adolescentes que frequentam os ginásios de terem contato com adultos que não sejam de sua família dentro destes espaços de exercício. Esta mesma lei proíbe o ginasiarca, responsável pela organização das competições atléticas, de permitir a participação de adultos na mesma categoria dos menores de idade, sob pena de ele mesmo, caso falhe em observar a aplicação da lei, enfrentar acusações de seduzir ou permitir a sedução de um jovem nascido livre. Em seguida, Êsquines lembra ao júri a lei que pune qualquer responsável que ponha um jovem em formação em condições de prostituição, liberando o tal jovem de prestar auxílio ao dito responsável durante sua maioridade, como era previsto por lei, já que o fato de ter sido prostituído quando jovem, ainda que não respondesse por si próprio, lhe priva de seus direitos de cidadania.

Esta exposição parece relevante para a figura que o orador quer construir no imaginário do auditório. O réu tem o caráter divergente dos demais porque, de acordo com Êsquines, ele escolheu conduzir-se de maneira extravagante e sexualmente libertina. As leis citadas servem para marcar oposição entre aqueles que são levados a praticar atos libidinosos por serem muito jovens para discernir o que é moralmente correto ou por serem efetivamente forçados a tanto por um responsável e, do outro lado, aqueles que praticam atos moralmente questionáveis porque assim desejam, já que nunca tiveram a real necessidade de se prostituir. De fato, a progressão do discurso esquiniano mostra que Timarco, por ser proveniente de uma família financeiramente bem estabelecida, não tinha necessidade de se pavonear pela cidade. Portanto, sua conduta irrefletida é o reflexo de um estilo de vida moralmente reprovável na sociedade, que, desde o fim de sua adolescência, o transformou em escravo dos próprios desejos, desmedido em relação a todos os prazeres, fazendo com que ele dilapidasse o patrimônio familiar a fim de aplacar seu vício em aposta e seus gostos alimentares caros, além de aceitar deitar-se com qualquer homem que

estivesse disposto a manter tal estilo de vida ou quisesse somente pagar pelo uso de seu corpo.

Conclusão

Após todos os fatos reunidos contra Timarco, Êsquines venceu e prejudicou o processo movido por Demóstenes, já que a punição para o réu era a *atimia*, ou desonra pública, que resultou na perda dos direitos de cidadania, ficando, assim, excluído permanentemente do serviço público. Como esperado, um homem como Timarco, cuja biografia é tão marcada por episódios de extravagância, não sobreviveria ao escrutínio previsto pela *dokimasia*. É oportuno ressaltar que não foi unicamente por sua conduta no âmbito sexual que Timarco sofreu a *atimia*. Dentro deste exame da moral de um candidato ao serviço público, a performance nos *aphrodisia* era um dos componentes, de igual relevância aos demais. Conforme mencionado anteriormente, Timarco teria sofrido o descredenciamento ainda que apresentasse conduta sexual exemplar, porque foi também negligente nos cuidados de sua família depois de perder todo patrimônio em seus vícios.

O processo *Contra Timarco*, mais do que atestar os comportamentos considerados impróprios para um cidadão que almejava alcançar um posto de destaque na vida pública e expor as prescrições legais de uma sociedade que se fundamentava na tradição dos “pais fundadores” de sua tão valorizada democracia, apresenta, na figura de Êsquines, um cidadão que se pretendia, se não um bom modelo em si mesmo, ao menos alguém moralmente mais bem constituído do que seu oponente no corrente processo e pretensão acusador em um processo futuro, o demostênico. Para além da argumentação pautada nos fatos expostos, também a própria figura do orador é um elemento que conduziu à vitória. Na tribuna, tem-se Êsquines, embaixador, político e ex-militar respeitado cuja família conta com outros ex-militares que alcançaram destaque na sociedade. Êsquines é um homem que não hesita sequer em falar de sua própria conduta sexual em relação ao prazer homoerótico para fins de contraste com a de seu oponente; no banco dos réus, está sentado Timarco, à época do processo um político que gozava de certo prestígio por ser aliado de Demóstenes, mas possuidor do histórico apresentado durante o presente texto.

Como se observa, todo o contexto do processo e a conduta intemperante do acusado indicavam um veredito favorável ao caso apresentado por Êsquines. Para Foucault, o exercício da moralidade não era uma questão de agradar os moralistas mais exigentes. A maneira de conduzir-se era um objeto de curiosidade e atenção de toda a sociedade. Por isso, portar-se com honra e decoro era extremamente importante para quem não desejava se transformar em alvo de comentários maledicentes, como no caso de Timarco, que teve sua vida pública arruinada pelo processo de Êsquines. *Contra Timarco* parece estar entre as obras literárias da Antiguidade Clássica que, do ponto de vista jurídico, apresenta com maior grau de detalhamento o código moral de seu tempo.

Referências

- AESCHINES. *The Speeches of Aeschines*. London: William Heinemann Ltd. 1919.
- DOVER, K. J. *Greek Homosexuality*. Massachusetts: Harvard University Press, 1978.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 2 O uso dos prazeres* (Vol. 2). Paris: Editions Gallimard. 1984

